

# Para políticos Congresso aprovárá as medidas hoje

BRASÍLIA — Os Líderes da Aliança Democrática estão convictos de que o pacote econômico, a ser anunciado hoje pelo Presidente José Sarney, será aprovado pelo Congresso, pois beneficia a classe trabalhadora, que deixará de ser penalizada com a cobrança do Imposto de Renda na fonte ou pagará alíquotas menores.

Esse, pelo menos, era o sentimento do Líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga, que após a reunião, a portas fechadas, das bancadas de seu partido e do PFL com os Ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, garantia que a Câmara e o Senado apoiarão a proposta do Governo.

O otimismo de Pimenta da Veiga, que encara o pacote econômico como um avanço democrático, opinião endossada pelo Vice-Líder, Airton Soares (SP), e pela Deputada Cristina Tavares (PE), não era, porém, compartilhado por todos. Para o Líder do Governo no Senado, Humberto Lucena, o pacote está aberto a modificações, afirmação dirigida, indiretamente, ao Ministro Sayad, que a poucos metros do Senador alardeava ser este inegociável.

— Não existe nada fechado em política — ponderava Lucena, logo após as explorações dos Ministros à bancada da Aliança no Senado. Concordando com a posição do Líder do Governo, o Presidente do Partido da Frente Liberal, Senador Jorge Bornhausen, anunciava que o Congresso, possivelmente, precisará aprimorar o "pacote".

O pacote econômico foi, em linhas gerais, muito bem recebido pelas bancadas do PMDB e do PFL na Câmara. O Ministro do Planejamento explicou que as medidas devem ser aprovadas como foram propostas, pois são interligadas.

— A rejeição de uma medida — alegou Sayad — poderá prejudicar o objetivo que se pretende alcançar.

Apenas um item foi criticado pelo Líder do PFL, Senador Carlos Chiarelli: o parcelamento das devoluções do Imposto de Renda na fonte em 1986, ano-base 85. Pelo pacote, quem tiver direito a receber mais de 10 ORTNs terá que esperar de dois a quatro anos para ter o seu dinheiro de volta, embora com correção monetária.

A disposição dos Ministros da área econômica de prestarem contas das intenções do Governo antes de anunciar o pacote foi saudada pelo Líder do PMDB na Câmara como uma demonstração de apreço ao Congresso.

Os debates de ontem com os parlamentares adiaram para hoje o anúncio das medidas, devido à questão levantada pelo Deputado Airton Sandoval (PMDB-SP) quanto à possibilidade de os Municípios serem prejudicados com a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Mas segundo Sandoval, os deputados aceitaram as explicações do Governo, a ponto de aplaudirem os Ministros Funaro e Sayad. E a Deputada Cristina Tavares observou que esta foi, efetivamente, uma reunião diferente.

— Antes de os Ministros esmiuçarem o pacote econômico, que transforma o imposto em tributo progressivo, sepultando, assim, a estratégia regressiva que penalizava os trabalhadores de menor renda, beneficiando os de maiores salários, houve um debate democrático.

Os deputados sugeriram aos Ministros incluir no pacote o fim da concessão de subsídios para o trigo, sob a alegação de que isto onera o orçamento da União, e a tributação das heranças.